



LEONARDO BUISSA
LUCAS BEVILACQUA
Coordenadores

Prefácio
Luiz Alberto Gurgel de Faria

Apresentação
Regina Helena Costa

PROCESSO TRIBUTÁRIO

2ª edição revista, ampliada e atualizada

O livro que tenho a honra de prefaciar – *Processo tributário* –, a convite de seus ilustres autores, não é daqueles que irá se debruçar sobre os institutos de maneira abstrata, pois cuida da aplicação de cada um deles no âmbito tributário, daí a certeza, pelo primor dos escritos, de que a publicação tem lugar garantido na biblioteca dos estudiosos do Direito. A obra é dividida em quatro partes: 1º) “O NCPC e o processo administrativo fiscal”; 2º) “O NCPC e seus reflexos na execução fiscal”; 3º) “O NCPC, a fase de conhecimento e os reflexos no processo tributário” e 4º) “Do sistema decisório e a fase recursal do NCPC e o processo tributário”. (...) A plêiade de autores impressiona, pois todos, jovens ou mais experientes, revelam currículo invejável, em que é possível constatar a convivência cotidiana com o tema principal do trabalho – a aplicação do NCPC nas demandas tributárias. Fiz a promessa (e a cumpro) de que iria preparar um prefácio curto, objetivo, para que você, leitor, possa se dedicar ao que efetivamente interessa: a leitura da excelente obra coletiva *Processo tributário*.

Luiz Alberto Gurgel de Faria

Área específica

DIREITO TRIBUTÁRIO

Áreas afins

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Público-alvo/consumidores

Profissionais e estudantes de pós-graduação

FORMATO: 17 X 24 cm
CÓDIGO: 10001744

P963 Processo tributário / Leonardo Buissa, Lucas Bevilacqua (Coord.).– 2. ed. Belo Horizonte : Fórum, 2020.

440p. ; 17cm x 24cm.

2ª edição, revista, ampliada e atualizada de *Contratos administrativos, equilíbrio econômico-financeiro e a taxa interna de retorno*

ISBN: 978-85-450-0758-6

1. Direito Tributário. 2. Direito Processual Civil. I. Buissa, Leonardo. II. Bevilacqua, Lucas.

III. Título.

CDD: 341.39

CDU: 34:336

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BUISSA, Leonardo; BEVILACQUA, Lucas (Coord.). *Processo tributário*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 440p. ISBN 978-85-450-0758-6.

LEONARDO BUISSA

Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela USP. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT). Professor Adjunto da Universidade Federal de Goiás, sendo Professor Permanente do Programa do Mestrado Profissional em Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal de Goiás (PPGDP/UFG) e Juiz Federal no Tribunal Regional Federal da 1ª região (TRF1).

LUCAS BEVILACQUA

Doutor e Mestre em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela USP. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT). Procurador do Estado de Goiás cedido ao cargo de Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Conselheiro-titular do CAREF/ Ministério da Economia (2016-19). Professor Permanente do Programa de Mestrado Profissional em Direito e Políticas Públicas (PPGDP/UFG). Coordenador do Observatório da Macrolitigância Fiscal do IDP-Brasília.

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
Luiz Alberto Gurgel de Faria	15
NOTA DOS COORDENADORES PARA A SEGUNDA EDIÇÃO	17
APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
Regina Helena Costa	19

PARTE 1 O NCPC E O PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

OS LIMITES DO DEVER DE COOPERAÇÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Caio Augusto Takano, Arthur Leite da Cruz Pitman	23
1 Introdução	23
2 A noção de cooperação e a sua positivação no Código de Processo Civil de 2015	24
3 O dever de cooperação no processo administrativo fiscal	29
4 Consequências da não cooperação do contribuinte no processo administrativo fiscal	32
5 Conclusão	35
Referências	35

PROVA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Paulo Henrique dos Santos Lucon	37
1 Introdução	37
2 Ônus da prova nos processos administrativos tributários	38
3 Prova pericial nos processos administrativos tributários	43
4 Ata notarial	48
5 O art. 371 do CPC/2015 e o fim do livre convencimento	49
6 Encerramento	49
Referências	50

IMPACTOS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (CPC) NA SUSPENSÃO DOS JULGAMENTOS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS (CARF)

Alexandre Coelho de Oliveira, Lucas Bevilacqua	51
Introdução	51
1 Processo administrativo tributário no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)	52
2 A aplicabilidade supletiva e subsidiária do CPC e o PAT	53
3 A eficiência aplicada ao PAT por meio das instrumentalidades repetitivas	56
4 Considerações finais	59
Referências	60

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E A APLICABILIDADE DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS AO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

Gabriel Carvalho Zampieri	63
Introdução	63
1 Abordagem processual civil	64
1.1 Precedentes judiciais e a relação com o processo tributário	64
1.2 Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	66

2	Abordagem processual administrativa.....	70
2.1	Aplicação das decisões proferidas em repercussão geral e recurso repetitivo no CARF ..	70
2.2	Aplicação do artigo 15 do Código de Processo Civil aos processos do CARF.....	71
3	Alcance das decisões dos Tribunais Regionais Federais	72
4	Conclusão	73
	Referências.....	75

A DENÚNCIA ESPONTÂNEA NO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO: O PARCELAMENTO E A COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ivan Allegretti, Thiago Dayan	77	
1	Introdução	77
2	O efeito e a configuração da denúncia espontânea	78
3	A denúncia espontânea no lançamento por homologação	81
4	A denúncia espontânea por meio de parcelamento	84
5	A denúncia espontânea por meio de compensação	86
6	A influência dos recursos repetitivos e das soluções de consulta em relação aos julgamentos do CARF.....	92
7	Conclusão	95

A POSSIBILIDADE DE REALIZAR TRANSAÇÃO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA E A CORRETA INTERPRETAÇÃO DO TERMO LITÍGIO CONSTANTE NO ARTIGO 171 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

Erica Carneiro Pereira de Oliveira Silva, Giovana Nahas Dafico Bernardes.....	97	
Considerações iniciais: o papel da tributação no Estado Democrático de Direito.		
A transação em matéria tributária como forma de alcançar esse escopo	97	
1	Breve delineamento sobre o conceito de transação em matéria tributária	99
2	A compatibilidade entre os dogmas do Direito Administrativo e a possibilidade de transacionar em matéria tributária	102
3	O problema jurídico consistente na delimitação do conceito de “(de)terminação de litígio” exposto no artigo 171 do Código Tributário Nacional	104
4	Medida Provisória nº 899/2019.....	108
Considerações finais	113	
Referências.....	114	

PARTE 2

O NCPC E SEUS REFLEXOS NA EXECUÇÃO FISCAL

SISTEMA MULTIPORTAS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A CRISE DA EXECUÇÃO FISCAL: UMA REVISITA A PARTIR DO OBSERVATÓRIO DA MACROLITIGÂNCIA FISCAL

Rafael Campos Soares Da Fonseca	117	
1	Introdução	117
2	Acesso à justiça e o processo tributário na Constituição da República de 1988	118
3	Justiça e eficiência da execução fiscal	119
4	O esgotamento do modelo vigente de execução fiscal	120
5	A macrolitigância fiscal como objeto de estudo.....	123
6	O sistema multiportas no CPC e suas potencialidades no processo tributário	125
7	Conclusão	126
Referências.....	127	

INCONSTITUCIONALIDADE DO BLOQUEIO UNILATERAL DE BENS PELA FAZENDA PÚBLICA PARA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

Alberto Medeiros	129	
1	Introdução	129
2	Desvirtuamento do sistema de cobrança da dívida ativa tributária federal e empoderamento desmedido da Fazenda Pública Federal	131
3	Inconstitucionalidade do bloqueio unilateral por afronta ao devido processo legal substantivo e reserva de jurisdição.....	134
4	Conclusão	140
Referências.....	141	

AVERBAÇÃO PRÉ-EXECUTÓRIA: CONTEXTUALIZAÇÃO NORMATIVA E CONSTITUCIONALIDADE

Phelippe Toledo Pires de Oliveira, Rogério Campos	143
1 Introdução	143
2 A averbação pré-executória no contexto das medidas de racionalização da cobrança do crédito tributário	144
3 Moldura legal da averbação pré-executória	146
4 Da reserva de lei complementar e compatibilidade da averbação pré-executória com o Código Tributário Nacional	150
5 Conclusão	152
Referências	154

BREVES APONTAMENTOS SOBRE O CPC/2015 E SEUS POSSÍVEIS IMPACTOS NA EXECUÇÃO FISCAL

Elmo José Duarte de Almeida Júnior	155
1 Introdução	155
2 A aplicação subsidiária do CPC/2015 às execuções fiscais	156
3 A contagem dos prazos em dias úteis	158
4 Honorários advocatícios	158
5 Penhora <i>on-line</i> antes da citação do devedor	160
6 Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes	162
7 O incidente de desconsideração da personalidade jurídica e o redirecionamento das execuções fiscais	164
8 Considerações finais	167
Referências	168

PRESCRIÇÃO E O REDIRECIONAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL: APONTAMENTOS SOBRE O RESP Nº 1.201.993/SP

Reynaldo Soares da Fonseca, Rafael Campos Soares da Fonseca, Gabriel Campos Soares da Fonseca	169
Introdução	169
1 O desenvolvimento da jurisprudência do STJ sobre a prescrição do redirecionamento da execução fiscal	170
2 Análise do REsp nº 1.201.993/SP	172
Considerações finais	174
Referências	175

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE E SEU TERMO INICIAL – ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DO STJ (RESP Nº 1.340.553)

Leonardo Buisa Freitas, Raimundo Nonato Pereira Diniz	177
1 Introdução	177
2 O cenário da execução fiscal no Brasil	178
3 Prejudicialidade do RE nº 636.562/SC e a questão de ordem sobre o incidente de inconstitucionalidade no STJ	181
4 Cabimento da sistemática do recurso especial repetitivo ao caso	182
5 Análise do caso concreto	184
6 Teses fixadas no recurso repetitivo	185
7 Divergência do voto-vista do Ministro Herman Benjamin	187
8 Notas finais	188
9 Conclusão	189
Referências	190

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE NO PROCESSO TRIBUTÁRIO

Marcílio da Silva Ferreira Filho	191
1 Natureza jurídica e características	191
2 Questões recursais importantes	196
3 Honorários advocatícios na EPE	198
4 Últimos comentários	201
Referências	201

O REGIME DE EXPROPRIAÇÃO NO NCPC E A APLICAÇÃO À LEF

Max Möller	203
1 Aplicação das normas processuais à LEF	203
1.1 Natureza das normas envolvendo expropriação.....	206
2 As novidades do Novo Código de Processo Civil aplicáveis à execução fiscal.....	206
2.1 Alienação de bens indivisíveis. Submissão do bem de terceiro à execução	207
2.2 Dispensa de avaliação para automóvel ou bem com quotação	209
2.3 Prevalência e consolidação do leilão eletrônico	210
2.4 Aplicação de toda a reforma relativa à citação e intimação	212
2.5 As dúvidas envolvendo a adjudicação	213
Conclusão	214
Referências.....	215

A EXECUÇÃO FISCAL E OS PROCEDIMENTOS DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E INVENTÁRIO

Rodrigo Medeiros de Lima.....	217
1 Considerações introdutórias.....	217
2 Execução fiscal e falência.....	218
2.1 A falência	218
2.2 Legitimidade da massa falida para figurar no polo passivo da execução fiscal	219
2.3 Impossibilidade do redirecionamento da execução fiscal em face do sócio-gerente pelo só fato da decretação da falência da sociedade empresária devedora	221
2.4 Subordinação da satisfação do crédito exequendo ao procedimento da falência	221
2.5 Impossibilidade da adjudicação de bem do falido pela Fazenda Pública	223
2.6 Habilitação do crédito da Fazenda Pública em falência.....	223
2.7 Questão correlata: ilegitimidade da Fazenda Pública para o requerimento da falência.....	224
3 Execução fiscal e recuperação judicial.....	226
3.1 A recuperação judicial e a exigência da regularidade fiscal do empresário.....	226
3.1.1 Controvérsia quanto aos créditos não tributários	227
3.2 Dispensa da exigência de regularidade	227
3.3 Aplicação do parcelamento do art. 10-A da Lei nº 10.522/2002 a estados, Distrito Federal e municípios.....	230
3.4 Restrição à adoção de atos de construção e alienação de bens em face do devedor em recuperação judicial.....	230
4 Execução fiscal e inventário	234
4.1 O inventário	234
4.2 Legitimidade do espólio para figurar no polo passivo da execução fiscal	235
4.3 Impossibilidade do redirecionamento da execução fiscal ao espólio quando não aperfeiçoada a citação antes da morte do devedor	236
4.4 Penhora de bens do espólio x penhora no rosto dos autos do inventário	238
4.5 Habilitação do crédito da Fazenda Pública em inventário	238
4.6 Insolvência do espólio.....	239
Referências.....	239

PARTE 3

O NCPC, A FASE DE CONHECIMENTO E OS REFLEXOS NO PROCESSO TRIBUTÁRIO

DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO, ORDEM CRONOLÓGICA DOS JULGAMENTOS E DEVER DE COOPERAÇÃO

Eduardo Muniz Machado Cavalcanti	243
1 Introdução	243
2 O princípio da razoável duração do processo e a ordem cronológica dos julgamentos	244
3 O dever de cooperação e suas repercussões no âmbito tributário.....	253
4 Conclusão	260
Referências.....	260

REFLEXÕES SOBRE A TUTELA PROVISÓRIA NO PROCESSO TRIBUTÁRIO

Lázaro Reis Pinheiro Silva	263
1 Introdução	263

2	O processo de positivação da obrigação tributária e a tutela jurisdicional própria à solução do conflito tributário	265
3	A tutela provisória no CPC-15: cuidados na sua aplicação aos conflitos de Direito Tributário.....	268
4	Conclusões.....	274
	Referências.....	275

AS TUTELAS PROVISÓRIAS NO CPC/15 (LEI Nº 13.105/15) E A ANTECIPAÇÃO DE GARANTIA NO ÂMBITO TRIBUTÁRIO

	Sérgio Farina Filho, Fabio Tarandach.....	277
1	Introdução	277
2	As tutelas provisórias no novo CPC/15	278
3	O cabimento da tutela de evidência	279
4	O cabimento da tutela de urgência cautelar.....	280
5	A incoerência teórica da utilização da tutela de urgência antecipada.....	281
6	Conclusão	282

O PODER INSTRUTÓRIO DO JUIZ E O ÔNUS DINÂMICO DA PROVA NO PROCESSO TRIBUTÁRIO

	Leonardo Buissa, Gabriel Buissa.....	285
1	Considerações iniciais: devido processo legal e ordem jurídica justa.....	285
2	Boa-fé, lealdade e cooperação no direito probatório.....	286
3	Poderes do juiz em matéria de prova.....	287
4	Finalidade, destinação e objeto da prova: sua relação com o convencimento do juiz	288
5	Poderes instrutórios do juiz	290
6	Persuasão racional.....	292
7	Ônus da prova	294
8	Inversão do ônus da prova. Distribuição dinâmica do ônus da prova	296
9	Considerações finais	300
	Referências.....	301

OS LIMITES PARA A RESCISÃO DE DECISÃO JUDICIAL QUE ARBITRA HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA

	Marco Betoni.....	303
I	Introdução	303
II	O termo inicial do prazo decadencial e a coisa julgada parcial.....	304
III	A necessidade de demonstração de violação ao artigo 85 do CPC para o ajuizamento de ação rescisória contra o arbitramento de honorários de sucumbência	307
IV	A caracterização da <i>supressio</i>	308
V	Conclusão	309
	Referências.....	309

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS OU CRÉDITOS DA FAZENDA PÚBLICA? (QUANDO OS BENS ARRECADADOS NÃO BASTAM À SATISFAÇÃO DE AMBOS)

	Claudiney Rocha Rezende.....	311
	Introdução	311
1	Os objetos em disputa.....	312
1.1	Honorários advocatícios.....	312
1.2	Créditos da Fazenda Pública	313
1.3	Classificação, privilégios e preferências.....	314
2	Os sujeitos envolvidos	315
2.1	Fazenda Pública.....	315
2.2	Advogados públicos	316
3	Os parâmetros constitucionais	316
4	As alternativas	317
4.1	Exclusão	318
4.2	Imputação.....	319
4.3	Comunhão.....	320
	Conclusão	322
	Referências.....	325

PARTE 4
DO SISTEMA DECISÓRIO E A FASE RECURSAL
DO NCPC E O PROCESSO TRIBUTÁRIO

JURISDIÇÃO TRIBUTÁRIA, SEGURANÇA JURÍDICA, MODULAÇÃO DE EFEITOS
E O §3º DO ART. 927 NA LEI Nº 13.105/2015 (“NOVO CÓDIGO DE PROCESSO
CIVIL”)

Jeferson Teodorovicz	329
Introdução	329
1 Algumas breves linhas sobre segurança jurídica no Direito Tributário	330
2 A modulação dos efeitos em decisões de inconstitucionalidade no controle concentrado e outras hipóteses	333
3 Da aceitação anterior da literatura especializada sobre a possibilidade de modulação de efeitos em alteração de jurisprudência dominante	337
4 Modulação de efeitos em decisões que se pronunciam acerca da constitucionalidade – ou não – de leis ou atos normativos: precedentes contrários ou favoráveis ao Estado ou ao cidadão	340
5 A modulação de efeitos trazida pelo art. 927, parágrafo 3º, do novo CPC/2015	344
Considerações finais	350
Referências.....	352

LIMITES DA COISA JULGADA TRIBUTÁRIA E O POSICIONAMENTO DO STF

Marina Tanganelli Bellegarde.....	355
Introdução	355
1 Primeira parte: definições	355
1.1 Segurança jurídica.....	355
1.2 Coisa julgada.....	357
1.3 Coisa julgada como manifestação da segurança jurídica	360
2 Segunda parte – aplicabilidade no Direito Tributário	362
2.1 Limites da coisa julgada	362
2.1.1 Disposições do art. 505, inciso I, do CPC.....	362
2.1.2 Conciliação entre a segurança jurídica e a igualdade	365
2.2 Análise prática de jurisprudência – a questão da CSLL.....	368
Conclusão	372
Referências.....	373

A REPERCUSSÃO GERAL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: OBSERVAÇÕES
SISTÊMICAS E PROCESSUAIS

Ulisses Schwarz Viana.....	375
I Introdução	375
II As demandas tributárias e a repercussão geral no processo civil brasileiro	376
II.a A tributação como fenômeno complexo inserido em um <i>acoplamento estrutural</i> <i>complexo (komplexe strukturelle Kopplung)</i> entre <i>direito, economia e política</i>	376
II.b A repercussão geral e sua relevância nas demandas tributárias	380
II.c O ‘ <i>Amicus Curiae</i> ’: mecanismo de ‘abertura cognitiva’ do STF na repercussão geral em matéria tributária	381
II.c Da demonstração da repercussão geral em demandas tributárias e do interesse de <i>terceiros</i> em produzir manifestação no procedimento	385
III Conclusão	386
Referências.....	387

EFEITOS DA COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA E LIVRE
CONCORRÊNCIA

Fernando Facury Scaff.....	389
1 Posição da questão	389
2 Liberdade de iniciativa econômica e livre concorrência.....	392
3 Isonomia, livre concorrência e neutralidade econômica dos tributos	394
4 Controle de constitucionalidade pelo STF, efeitos da coisa julgada e livre concorrência	397

5	Conclusões.....	406
	Referências.....	407

A AÇÃO RESCISÓRIA NO CONTROLE SUPERVENIENTE DE CONSTITUCIONALIDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

	Lucas Bevilacqua, Alexandre Coelho de Oliveira	409
1	Breves apontamentos sobre a ação rescisória.....	409
2	O controle superveniente de constitucionalidade e a relativização da coisa julgada	412
	Conclusão	418
	Referências.....	419

OS PRONUNCIAMENTOS DO STF SOBRE QUESTÕES CONSTITUCIONAIS E SUA REPERCUSSÃO SOBRE A COISA JULGADA (IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DO TÍTULO EXECUTIVO INCONSTITUCIONAL E A REGRA ESPECIAL SOBRE PRAZO DE AÇÃO RESCISÓRIA)

	Eduardo Talamini.....	423
1	Introdução	423
2	Sentido e finalidade da norma	424
3	Impugnação com caráter rescisório	424
4	A origem, no Direito Comparado	425
5	Constitucionalidade da regra	425
6	Hipótese de incidência	426
6.1	Pronunciamento do plenário do STF.....	426
6.2	Enfrentamento direto e relevante da questão (<i>ratio decidendi</i>) pelo Plenário.....	426
6.3	Decisão revestida de eficácia vinculante <i>erga omnes</i>	427
6.4	Decisão de constitucionalidade, inconstitucionalidade ou de interpretação conforme ..	428
6.5	Decisão anterior à formação do título executivo judicial	429
7	Modulação de efeitos	429
8	Desconstituição do <i>decisum</i> anterior e novo julgamento	431
9	Imprescindibilidade da impugnação ao cumprimento	431
10	Inaplicabilidade às decisões declaratórias e constitutivas	432
11	Limites de aplicabilidade da ação rescisória prevista nos arts. 525, §12, e 535, §5º	432
12	Direito intertemporal	434
	Referências	434

	SOBRE OS AUTORES.....	437
--	-----------------------	-----